

# pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

## Pobreza, Género e Direitos Fundamentais

**Um renovado Método  
Aberto de Coordenação  
para a Protecção e  
Inclusão Social**

Portugal organiza  
**Conferência Internacional  
sobre Migrações**

**3º Encontro Nacional  
da Rede Social**

consolidar  
participar  
desenvolver





# **Abono** de **Família** para **Crianças e Jovens**

Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto

**DEVOLVA ATÉ 31 DE OUTUBRO:**

**PROVA ESCOLAR** - Jovens dos 16 aos 24 anos

**PROVA ANUAL DE RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR,**  
através do Serviço Segurança Social Directa, em **[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)**

Registe-se no serviço Segurança Social Directa e faça a sua Prova de Rendimentos se ainda não devolveu o formulário de papel recebido na sua caixa de correio.

**Utilize o serviço Segurança Social Directa.**

**Apresente as Provas dentro dos prazos.**

**Colabore.**

# Editorial

**Edmundo Martinho**

Presidente do Conselho Directivo do  
Instituto da Segurança Social, I.P.

A pobreza, ou melhor, a luta contra a pobreza e a exclusão social, é o tema que constitui o elo de ligação entre o conjunto de excelentes artigos apresentados neste número da revista "Pretextos".

Um dos artigos aborda o tema da pobreza, género e direitos fundamentais e, justamente, salienta a vulnerabilidade das famílias monoparentais, na sua esmagadora maioria constituídas por mãe e filhos, e enfatiza a relação entre a maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza e a discriminação associada ao género.

Os dados mais recentes do Eurostat (SILC) relativos a Portugal confirmam que a vulnerabilidade à pobreza é diferenciada segundo os grupos etários e a tipologia familiar. Assim, em 2004, 23% de crianças e 29% de idosos viviam em situação de pobreza, face a 21% da população total. Por outro lado, esses dados também atestam a maior vulnerabilidade das famílias monoparentais, das famílias constituídas por idosos e das famílias com dois adultos e três ou mais crianças.

Este tipo de informação tem que ser considerada quando se traçam planos, definem estratégias ou adoptam medidas de política no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social. Dois outros artigos desta revista referem-se, precisamente, a dois instrumentos

fundamentais nesta luta, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) e a Rede Social.

O novo PNAI (2006-2008), cujo conteúdo vem dar resposta às orientações e novos Objectivos Comuns Europeus adoptados no quadro do Método Aberto de Coordenação Renovado, é o instrumento essencial de planeamento estratégico para a inclusão e a garantia da coesão e coerência das políticas sociais desenvolvidas em diferentes áreas. Este plano consubstancia ainda as orientações que informarão o planeamento ao nível local, nomeadamente os Planos de Desenvolvimento Social das Redes Sociais locais, garantindo a coerência da luta pela inclusão em todo o país.

A Rede Social acaba de realizar o seu 3º Encontro Nacional, com a presença de Sua Excelência o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que constituiu mais uma vez uma impressionante manifestação de capacidade de mobilização de dirigentes e quadros técnicos. Neste Encontro foi apresentado o novo Decreto-Lei 115/2006 que considera a Rede Social o instrumento por excelência de operacionalização do PNAI e que consagra a entrada das Redes numa nova etapa do seu percurso. Nesta etapa, as redes locais terão que responder ao desafio de serem agentes da mobilização do conjunto da sociedade na luta pela inclusão social e no combate a todo o tipo de discriminações, em particular a de género.□

## Ficha Técnica

### Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

### Director

Edmundo Martinho

### Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

### Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

### Conselho Editorial

Ana Gomes, Ana Maria Lage, Ana Paula Martins, Conceição Ferraz, Cristina Figueiro, Filipa Carvalho, Filomena Gonçalo, Gabriela Dantas, Isabel Cambão, Joana Valleria, Luís Rei, Manuel Brites Moita, Manuel Carvalho, Maria Clara Guterres, Maria Elisa Borges, Maria João Quedas, Maria José Maia, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Teresa Agostinho, Salomé Ferreira, Sónia Araujo.

### Colaboraram nesta edição

Alexandra César, Ana Rita Simeão, Céu Paiva, CDSS Faro, CDSS Leiria, CDSS Porto, Elza Chambel, Gisela Matos, Jacqueline Barreto, Januário Rodrigues, Liliana Monteiro, Luis Cruz e Silva, Mariana Pereira, Núcleo de Apoio Técnico ao Conselho Nacional do Voluntariado, Paulo Nunes, Secretariado Conferência Metrópolis, Sérgio Fernandes.

### Redacção e Assinatura

Área de Investigação e Conhecimento

Rua Castilho nº 5 • 1250-066 Lisboa

Tel.: 21 318 49 00 • Fax: 21 318 49 55

E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt

### Data de Publicação

Setembro 2006

### Periodicidade

Trimestral

### Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

### Impressão

SOCTIP.

### Tiragem

20 000 exemplares

### Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

## Sumário

Editorial	1
Pobreza, Género e Direitos Fundamentais	3
Portugal organiza Conferência Internacional sobre Migrações	5
Um renovado Método Aberto de Coordenação para a Protecção e Inclusão Social	6
3º Encontro Nacional da Rede Social	8
Segurança Social na FATACIL	12
Madalena Quiala	13
Instituto da Segurança Social, I.P. promove Encontros Temáticos	15
Segurança Social com novas Instalações em Ferreira do Alentejo	16
Notícias	19
Ecos	28
Sites: Economia Social	30
Bibliografias Temáticas	31





# Pobreza, Género e Direitos Fundamentais

**Elza Chambel**  
elza-chambel@sapo.pt

## 1. Desafios Mundiais - Cimeira Mundial das Nações Unidas (NY, 14/16/09/05) <sup>1</sup>

Da Declaração Final da Cimeira Mundial consta a adopção de medidas sobre os desafios mundiais fundamentais, um dos quais o referente a "Direitos humanos, democracia e primado da lei". Dentro deste grupo, realçaria dois compromissos essenciais para a qualidade de vida no mundo: o acordo para criar, em 2006, um Conselho de Direitos Humanos e o compromisso de eliminar a omnipresente discriminação por motivos de género, como sejam as desigualdades na educação e acesso à propriedade e a violência contra as mulheres e meninas, bem como a vontade de pôr fim à impunidade por essa violência.

<sup>1</sup> Texto completo do Documento: [www.un.org/summit2005](http://www.un.org/summit2005)

<sup>2</sup> Texto completo do Documento SOC/207 Pobreza das Mulheres na Europa, em: <http://www.esc.eu.int>

## 2. A Pobreza das Mulheres na Europa - Parecer do CESE/2005<sup>2</sup>

Relacionado com a mesma problemática e com data de 29/09/05, o Parecer do Conselho Económico e Social Europeu sobre "A Pobreza das Mulheres na Europa", aprovado por 79 votos, com duas abstenções e nenhum voto contra, afirma nas "Recomendações" que a dimensão específica do género foi negligenciada nas políticas de combate à pobreza na União Europeia, bem como a relação entre género e pobreza o foi igualmente, embora de forma relativa, na investigação e literatura estatística (Recomendações, 4.6). O mesmo Parecer refere, quanto à incidência do risco de pobreza, no ponto 3.1. que "o risco de pobreza mais elevada (35% em média na União Europeia), afecta as famílias monoparentais, que têm como responsável uma mulher, em 85% dos casos. As famílias cujo chefe é uma mulher de menos de 18 anos são particularmente vulneráveis à pobreza" e continua afirmando que "o risco de pobreza para as pessoas de mais de 65 anos atinge uma taxa elevada em termos relativos. Esta categoria é composta por dois terços de mulheres".



No ponto 3.3.1. "Pobreza e exclusão social de mulheres sob o ângulo da educação "o CESE" felicita-se por os objectivos da estratégia de Lisboa considerarem a prioridade do emprego, especialmente das mulheres; contudo chama a atenção para o facto de que tal não é suficiente para as mulheres vulneráveis à pobreza. Os Estados membros têm a oportunidade de trabalhar concertadamente com a sociedade civil e as ONG, especialmente com as que trabalham no domínio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a erradicação da pobreza para pôr termo à pobreza ao longo da vida e intergeracional, atacando os clichés que condicionam as escolhas de carreiras de raparigas e rapazes nos estabelecimentos escolares e pondo em funcionamento cursos acessíveis e eficazes para adultos, que lhes permitam adquirir qualificações utilizáveis e respondam às necessidades das mulheres".

Nas Recomendações refere o ponto 4.1.2 "O tratamento do desequilíbrio que existe entre os dois sexos em termos de pobreza passará pelo respeito do Compromisso assumido em 1995, na Cimeira Mundial do Desenvolvimento Social em Copenhaga, de dar prioridade às necessidades e direitos das mulheres e das crianças que são muitas vezes os mais atingidos por este fenómeno" e também o ponto 4.2. "Numerosos Estados membros reforçaram de maneira significativa as suas disposições institucionais para integrar a luta contra a pobreza e a exclusão social nas decisões políticas nacionais. Convém contudo acentuar este esforço procurando que os parceiros sociais e as ONG sejam associados ao desenvolvimento e à implementação das políticas locais, regionais e nacionais sobretudo nos domínios da educação, do emprego e das reformas". A terminar o Parecer não deixa de afirmar no ponto 4.9. que "até agora poucas investigações foram efectuadas para determinar o que as mulheres pensam e sentem em relação à pobreza e se a sua percepção de pobreza difere da dos homens".

**Existe um certo consenso a respeito da pobreza mundial, a mesma é uma realidade objectiva para muitas pessoas, mas mantém-se a interrogação se a pobreza se apresenta ou não de forma diferente para mulheres e homens.**

### 3. Reflexão / Interrogação

Existe um certo consenso a respeito da pobreza mundial, a mesma é uma realidade objectiva para muitas pessoas, mas mantém-se a interrogação se a pobreza se apresenta ou não de forma diferente para mulheres e homens.

E como se reproduz essa pobreza, em especial a das mulheres?

Não será urgente e prioritário cruzar, na luta contra a exclusão social, a agenda da pobreza com a discussão de género?

Políticas sociais que discriminem positivamente as mulheres pobres são essenciais, mas para serem eficazes e efectivas, não deverá ser esquecida a investigação e discussão, com a participação dessas mulheres e construídas as alternativas possíveis de mudança para que, de facto, as políticas sociais possam atingir o objectivo de contribuir para a diminuição da pobreza e exclusão social das mulheres pobres e abrir-lhes novas oportunidades em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade em que os seus direitos sejam realmente protegidos.□

# Portugal organiza Conferência Internacional sobre Migrações

**Secretariado da Conferência Metropolis 2006**  
metropolis2006@ceg.ul.pt



Entre 2 e 6 de Outubro de 2006 vai ter lugar em Lisboa, na Culturgest, a 11ª Conferência Internacional Metropolis, intitulada: "Paths & CrossRoads: moving people, changing places"

A Conferência deste ano tem o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa e é organizada pela Fundação Luso-Americana, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada (SociNova) da Universidade Nova de Lisboa. Para além destas entidades, a Conferência conta ainda com o apoio financeiro do Governo Português, através de diversos organismos (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Ministério da Administração Interna, Ministério da Presidência, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Governo Regional dos Açores - Direcção Regional das Comunidades e FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia), da Caixa Geral de Depósitos, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Metropolitana de Lisboa.

A 11ª Conferência Internacional Metropolis analisa um leque variado de temas relacionados com a globalização, diversidade e complexidade dos movimentos migratórios da actualidade. Tendo em conta a experiência de Portugal como país de emigração e imigração, a Conferência deste ano pretende reflectir sobre os efeitos das migrações internacionais nos países de origem, trânsito e destino dos migrantes, bem como sobre as relações entre eles.

Neste sentido, a Conferência Paths & Crossroads: Moving People, Changing Places, proporcionará uma excelente oportunidade para promover o diálogo e a partilha de conhecimentos e experiências entre os diferentes actores

sociais que participarão neste evento, designadamente decisores políticos, investigadores e sociedade civil. Para além disso, estimulará o debate político e social sobre um tema de grande relevância e actualidade e abrirá caminho para novas áreas de investigação no domínio das migrações internacionais.

O leque de oradores convidados para as sessões plenárias e que já confirmaram a sua participação, inclui reputados especialistas de todo o mundo, bem como responsáveis políticos nacionais, europeus, americanos, canadianos e dos Países de Língua Portuguesa e ainda representantes de organizações não governamentais: Ahmed Aboutaleb Ali Bensaad, António Vitorino, Carlos Iturregui, Catherine Wihtol de Wenden, Christina Boswell, David Ley, Demetrios Papademetriou, Elisa Andrade, Howard Duncan, Ismael Valigy, Jeffrey Reitz, Jan Rath, João Cravinho, Joaquín Arango, Jonathan Crush, Jorge Gaspar, Karen Jackson, Khadija Elmadmad, Luís Fonseca, Margarita Escobar, Neil Ruiz, Paul Seabright, Pedro Silva Pereira, Peter Stalker, Philippe Fargues, Rainer Münz, Richard Black, Rinus Penninx, Rui Machete, Sandra Pratt, Saskia Sassen, Tamar Jacoby e Teresa Sales.

Além de oito sessões plenárias, haverá ainda mais de setenta workshops, sobre diversos temas e numerosas visitas de estudo. □

Para mais informação sobre o programa e as condições de participação na Conferência Internacional Metropolis 2006, pode consultar o website do evento em [www.ceg.ul.pt/metropolis2006](http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006) ou contactar o Secretariado Executivo:

Centro de Estudos Geográficos  
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa,  
Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal  
Tel: +351-21-794-0218 / Fax: +351-21-793-8690  
E-mail: [metropolis2006@ceg.ul.pt](mailto:metropolis2006@ceg.ul.pt)



# Um renovado Método Aberto de Coordenação para a Protecção e Inclusão Social

Um desafio de modernidade, uma oportunidade para o reforço das políticas de coesão



No quadro da participação no processo de coordenação política a nível da União Europeia (UE) no domínio da protecção social e inclusão social e em cumprimento das novas orientações e Objectivos Comuns apresentados na Comunicação da Comissão "*Trabalhar em conjunto, trabalhar melhor: Um novo enquadramento para o método aberto de coordenação aplicado às políticas de protecção social e inclusão social na União Europeia*"<sup>1</sup> e adoptados no Conselho Europeu da Primavera de 2006, Portugal, à semelhança dos restantes Estados-Membros, apresentou em Setembro à Comissão Europeia, um **Relatório de Estratégia Nacional para a Protecção Social e a Inclusão Social** para o período 2006-2008.

A elaboração deste relatório insere-se, assim, no novo e racionalizado (*streamlining*) Método Aberto de Coordenação (MAC) nas áreas da protecção social e inclusão social, que vem dar resposta aos sucessivos apelos por parte do Conselho no sentido de empreender uma maior simplificação, integração e coerência dos processos de coordenação existentes – inclusão social, pensões, cuidados de saúde e cuidados de longa duração ou continuados.

De um modo geral, o objectivo é aumentar a eficácia do Método Aberto de Coordenação, conferindo-lhe um perfil mais forte e visível, com uma tónica reforçada na execução efectiva das políticas, colmatando o fosso entre a fixação de objectivos e a aplicação das políticas, capaz de criar sinergias positivas com a Estratégia de Lisboa revista, simplificando, ao mesmo tempo, o mecanismo e a estrutura de apresentação dos resultados e multiplicando as oportunidades de intercâmbio construtivo sobre objectivos políticos comuns, boas práticas e sólida governação, no pleno respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Este processo de racionalização reveste-se de uma grande relevância para o futuro da União Europeia e de cada um dos Estados-Membros, ao representar uma nova oportunidade para promover uma maior visibilidade, cooperação e coordenação de esforços, tanto a nível nacional como europeu, com vista a aprofundar e reforçar a dimensão social na Estratégia de Lisboa revista.

A racionalização contribuirá, potencialmente, para garantir a coerência e o reforço mútuo entre as políticas que visam a concretização dos objectivos racionalizados do MAC e outros processos coordenados a nível europeu, em especial as Orientações Gerais de Política Económica e a Estratégia Europeia de Emprego.

<sup>1</sup> Bruxelas, COM (2005) 706 final de 22 de Dezembro de 2005





No sentido de concretizar o novo enquadramento racionalizado nos domínios da protecção social e inclusão social e com base nos novos Objectivos Comuns, foi elaborada a Estratégia Nacional para a Protecção Social e a Inclusão Social 2006-2008, que apresenta uma avaliação da situação social em termos das principais tendências e desafios nacionais em matéria de pobreza, pensões, cuidados de saúde e cuidados de longa duração ou continuados, bem como a abordagem estratégica global de modernização das políticas de protecção social e inclusão social. Para além deste enquadramento e abordagem estratégica integrada e global às três vertentes do MAC, são ainda apresentados três planos temáticos, respectivamente o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social (PNAI), o Relatório Nacional de Estratégia para as Pensões e o Plano Nacional para os Cuidados de Saúde e Cuidados de Longa Duração.

A apresentação de uma única estratégia apresenta vantagens significativas, na medida em que permite uma maior e mais eficaz interligação, integração e coerência das três vertentes do MAC. A necessidade da integração estratégica a que se fez referência não respeita só às três vertentes do MAC mas também, aos Programas Nacionais de Reforma (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-08 - PNACE na designação portuguesa), o que contribuirá para reforçar o papel da coesão social na



## Plano Nacional de Acção para a Inclusão

Estratégia de Lisboa revista, ou seja, para assegurar que as políticas de desenvolvimento económico, assentes num permanente reforço da competitividade e dos equilíbrios macroeconómicos, incorporem de igual forma as necessidades de reforço da coesão social.

Com base nas estratégias apresentadas pelos Estados-Membros a Comissão redigirá um Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social, a adoptar pela Comissão e o Conselho antes do Conselho Europeu da Primavera em 2007. Neste documento sintetizará as principais questões e tendências e avaliará os progressos dos Estados-Membros na consecução dos objectivos comuns da UE. A Comissão irá rever igualmente os contributos para o processo de Lisboa e avaliar de que forma se repercutem na coesão social os avanços na concretização das metas de Lisboa em matéria de emprego e crescimento. □

**Jacqueline Barreto**

Departamento de Protecção Social de Cidadania  
ADSI/Rede Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
jaqueline.barreto@seg-social.pt



# 3º ENCONTRO NACIONAL DA REDE SOCIAL

consolidar  
participar  
desenvolver

**SANTARÉM**  
11 de Julho, 2006



"A história da Rede Social é, pois, uma história positiva. É ela própria um elemento que nos encoraja e nos dá confiança para o futuro. Uma iniciativa que teve esta capacidade de se enraizar no terreno é uma iniciativa que tem futuro. Assim nós todos o queiramos..."

José António Vieira da Silva  
Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

Quase nove anos após a publicação da Resolução de Conselho de Ministros 197/97, de 18 de Novembro e depois de seis anos de implementação faseada da Rede Social no território continental, foi publicado o Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho. Este diploma veio responder a uma necessidade há muito sentida no terreno e a uma reivindicação de todos aqueles que trabalham nesta medida já há vários anos.

O 3º Encontro Nacional da Rede Social, que teve lugar no passado dia 11 de Julho nas instalações do CNEMA em Santarém foi, por isto, mais um momento de trabalho e, simultaneamente, uma ocasião de comemoração.

Tendo como principais objectivos equacionar o papel das redes sociais locais enquanto estruturas privilegiadas de informação e operacionalização do PNAI, e divulgar o novo normativo da Rede Social, a própria concretização do Encontro acabou por exceder estes propósitos.

Assim, a sua realização foi, não só um "sinal de encorajamento", como a melhor expressão do esforço conjunto levado a cabo no local ao nível das redes sociais e da capacidade de mobilização e participação deste Programa.

Como teria oportunidade de referir Francisco Santos, representante da ANAFRE, olhando para a plateia que ali se reuniu, concluímos que tem valido a pena o trabalho desenvolvido pelos mais diferentes intervenientes na Rede Social. O conteúdo das intervenções e dos testemunhos também o confirmaram.

Além de técnicos e de diversos parceiros que trabalham todos os dias para alargar a actividade das redes locais, também estiveram presentes vários convidados e representantes dos três principais sectores em que assenta o modelo de Rede Social instituído em Portugal: o Estado, as autarquias e as instituições solidárias.

O papel fundamental de cada um foi reconhecido pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social que declarou



que "a Rede Social é um processo de articulação entre os recursos e a acção destas três instituições que são essenciais para uma política eficaz de promoção da coesão social". As intervenções ao longo do Encontro vieram corroborar esta afirmação.

Os representantes do sector solidário chamaram a atenção para a importância da sua intervenção, logo, do seu papel nas redes sociais, reafirmando o gosto, o sentido, o empenho e a vontade de participar.

Por sua vez, no painel que abordou o tema das Autarquias e a Rede Social, a Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Júlia Pereira Costa, manifestou que este trabalho só faz sentido



se consubstanciado na partilha, sendo justamente a grande receptividade e a participação dos parceiros um dos motivos do sucesso do trabalho da Rede naquele concelho.

Eduardo Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, complementou: “na Rede nós estamos com diferenças funcionais, mas num mesmo patamar de discussão e de possibilidade de aprofundamento do próprio debate. Ora, isto só se consegue quando institucionalmente não estamos em patamares de inferioridade”.

A partir do trabalho em rede houve a incorporação de novas exigências para a intervenção, como o profissionalismo e a reorientação da acção com base nas necessidades e prioridades diagnosticadas e consensualizadas por todos os parceiros.

A Rede Social foi também considerada como uma estrutura decisiva para a construção do PNAI.

O Secretário de Estado da Segurança Social, assumiu o compromisso de estabelecer uma forte ligação entre o PNAI, a sua concepção e a sua implementação e as redes sociais ao nível local, como os grandes motores desta estratégia para a inclusão nos territórios. Nas palavras de Pedro Marques esta articulação será a primeira forma de expressão local do objectivo global da estratégia europeia neste domínio de promover o reforço da governação, a transparência e a participação dos agentes relevantes na concepção e implementação das políticas para a inclusão.

Na conferência sobre o Plano Nacional de Acção para a Inclusão e a Rede Social, Fernanda Rodrigues, partiu dos símbolos do

PNAI e da Rede Social, para apontar um envolvimento com responsabilidade.

A Coordenadora do PNAI, lembrou os princípios de um dispositivo e outro retirando-os da banalização em que muitas vezes incorrem, conferindo-lhes a possibilidade de fazerem sentido no âmbito dos programas em que se inscrevem.

A seguir apontou várias razões de convergência entre o PNAI e a Rede Social, discutindo cada uma delas, para depois identificar um conjunto de contributos destas duas medidas de política, dentre os quais destacamos “a colocação na agenda política da pobreza e da exclusão social”.

Deixou-nos ainda alguns “subsídios críticos” para futuras melhorias, acrescentos e reconcepções quer do PNAI, quer da Rede Social, no sentido de aproximar a enunciação melhorada de uma implementação correspondente.

Finalmente, depois de enunciar os pilares e prioridades da estratégia europeia para a protecção social e inclusão, chamou-nos a atenção para aspectos fundamentais na construção de uma relação melhorada e renovada entre PNAI e Rede Social.

“O território é um elemento de governação central no campo das políticas públicas (...) o uso eficiente dos recursos, a articulação das intervenções, a selectividade dos investimentos, o estabelecimento claro das prioridades e a salvaguarda da sustentabilidade vão para além do nível micro e local e implicam ter em linha de conta outros espaços”, afirmou a Coordenadora.



Com efeito, a publicação do novo normativo veio inaugurar uma nova fase da Rede Social e, exactamente por isto, pretendeu-se lançar novos desafios, como referiu ainda Pedro Marques. "Como a pobreza e a exclusão não conhecem fronteiras apenas concelhias, avançou-se para uma proposta de plataformas territoriais supra-concelhias baseadas nas NUT III, que se pretende venham a ter um papel sobretudo ao nível do planeamento. Planear conjuntamente, por exemplo, os equipamentos sociais para que não haja sobreposições desnecessárias, para que não haja intervenções sem ter em conta as realidades e os recursos dos territórios vizinhos".

Neste sentido, tanto o Ministro como o Secretário de Estado atestaram que os pareceres são um caminho que temos que construir numa lógica de fundamentação e qualificação que ultrapasse a lógica burocrática, sendo que já demos os primeiros passos.

Outra aposta é a constituição de um sistema de informação global com uma dimensão local e outra nacional que venha a dar corpo, a longo prazo, a um sistema para o conhecimento da realidade social, sobre os factores de pobreza e exclusão social, baseado em indicadores comuns.

Não pretendendo negar ou encobrir as dificuldades que certamente existem na concretização do trabalho em rede, patentes desde o debate que antecedeu a publicação da própria Resolução do Conselho de Ministros em 1997, como nos revelou o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, verificamos que menos de dez anos depois as dúvidas que existiam têm estado a ser ultrapassadas de forma positiva. "A história da Rede Social é, pois, uma história positiva. É ela própria um elemento que nos encoraja e nos dá confiança para o futuro. Uma iniciativa que teve esta capacidade de se enraizar no terreno é uma iniciativa que tem futuro. Assim nós todos o queiramos...".

Ainda nas palavras deste responsável, o Decreto-Lei pode ser enriquecido e melhorado, mas foi um passo importante e esperado. "Quantas intervenções não se ficaram pela iniciativa legislativa...", concluiu.

Finalmente, o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, congratulou-se com a experiência da Rede, finalizando em tom de aspiração: "o 3º Encontro Nacional assinala um momento de viragem, de aprofundamento, de consolidação, que esperamos marcará profundamente um estado maduro da democracia portuguesa no aprofundamento das políticas sociais para, numa dinâmica de proximidade, combater a exclusão social e erradicar a pobreza".

O Encontro encerrou com a apresentação do Grupo Geração Viva, de Viana do Castelo, um exemplo de uma intervenção jovem, criativa, aberta, e voluntária. □





# Segurança Social na FATACIL

## Centro Distrital de Segurança Social de Faro

Instituto de Segurança Social, I.P.  
cdssfaro@seg-social.pt

O Centro Distrital de Segurança Social de Faro (CDSSF) esteve presente de 18 a 27 de Agosto na 27.ª FATACIL – Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa, onde foi ultrapassada a barreira histórica dos duzentos mil visitantes.

Durante aquele período, o CDSSF efectuou a divulgação do serviço SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA, que se traduz na nova forma das Empresas e dos Cidadãos se relacionarem com os serviços da Segurança Social através da Internet, em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), procurando melhorar a qualidade do serviço prestado, aceder à informação com rapidez, possibilitar a verificação por parte dos Cidadãos do cumprimento das Obrigações Contributivas e promover a desmaterialização e simplificação dos processos, com comodidade e segurança.

Colocado na principal avenida do certame, passaram pelo espaço do CDSSF alguns milhares de visitantes e foram atendidos mais de três centenas de beneficiários e contribuintes, que aproveitaram a oportunidade para apresentar requerimentos e solicitar esclarecimentos sobre matérias tão diferentes como o Complemento Solidário para Idosos, prestações familiares,

de doença e de desemprego, isenção e redução contributiva, inscrição de beneficiários e histórico de remunerações ou licenças de maternidade e paternidade, por exemplo. Apesar das limitações de acesso aos programas fora do horário normal de funcionamento dos serviços de atendimento, esteve sempre disponível um terminal com ligação à Segurança Social Directa para utilização dos visitantes, permitindo o pedido de password de acesso, a concretização de novas inscrições, a alteração e consulta de dados pessoais. □







## Madalena Quiala saber aproveitar as oportunidades

Viveu da caridade dos vizinhos. Foi beneficiária do Rendimento Mínimo Garantido enquanto acabava os estudos. Licenciou-se em Intervenção Comunitária na Universidade do Algarve. Actualmente é educadora social no Centro Comunitário António Aleixo em Quarteira. Dá assistência a 60 famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção. Uma história de vida com final feliz em que a força de vontade e o saber aproveitar as oportunidades que surgem, pode mudar o percurso de vida e acalantar novos sonhos a quem partiu de uma situação de exclusão social.

### Determinação e força de vontade

Madalena Quiala foi uma criança angolana que recebeu muito carinho de uma madrinha que a trouxe para Portugal. Nasceu em Luanda, chegou ao nosso país tinha nove anos de idade. Até aos 16 anos - altura em que a sua madrinha faleceu - a benemérita pagou-lhe os estudos. Sem ter feito testamento, as duas filhas da sua madrinha Cândida ditaram a saída da casa onde residiu durante os últimos sete anos da sua vida. "A partir desse momento, morei na casa de uns vizinhos, até que, através de uma enfermeira, soube que era possível ter um subsídio do Estado. Comecei a receber o Rendimento

Mínimo Garantido quando estava no 10 / 11º ano", conta Madalena Quiala que viveu desta prestação pecuniária, de uma bolsa quando entrou na Universidade do Algarve e da caridade de amigos e vizinhos, até se formar. "Sempre que tive dificuldades apareceram pessoas que me ajudaram. Também era a vontade que tinha de querer ser alguém na vida e de tirar um curso. Já que vim para Portugal com esse objectivo. Tenho a minha família em Luanda, mas sabia que tinha de agarrar a oportunidade, apesar de todas as dificuldades por que passei. Naqueles momentos difíceis, se não tivessem aparecido determinadas pessoas na minha vida, não sei o que teria acontecido. Tornava-se muito mais complicado. Tinha sempre o apoio de alguém que me conhecia e muito pouco da parte da família da minha madrinha, apesar de me conhecerem desde os três anos de idade."

### De beneficiária do RMG a responsável pelo acompanhamento de beneficiários do RSI

Ao terminar o curso de Intervenção Comunitária, Madalena Quiala ainda era beneficiária do RMG. De imediato, inscreveu-se num Centro de Emprego para um Estágio Profissional. "Consegui, ao fim de pouco tempo (um mês) de estar inscrita,

efectuar um estágio na Câmara Municipal Albufeira", conta. "Mal inicie o estágio comuniquei o sucedido aos serviços da Segurança Social. Já tinha uma actividade profissional, já não precisava do RMG. Terminei o estágio e, infelizmente, não houve a oportunidade de continuar. Fui à procura de trabalho noutra área. Fui animadora num hotel em Albufeira durante um ano e seis meses até ter tido conhecimento que iam abrir vagas para equipas de acompanhamento a beneficiários de Rendimento Social de Inserção [sucedâneo do Rendimento Mínimo Garantido]. Achei muito engraçado. Seria muita ironia conseguir entrar para uma dessas equipas. Candidatei-me para todas as vagas, fui a várias entrevistas e tive a sorte de ficar aqui no Centro Comunitário de Quarteira, que já conhecia por ter feito cá um trabalho de curso. Tive a sorte de ter entrado nesta equipa."

Madalena Quiala, educadora social, trabalha numa equipa constituída por uma assistente social e uma psicóloga. "Um trabalho feito em conjunto, em que cada uma tem a sua parte, mas que trabalhamos todas como uma só", refere.

Habituada a pensar a curto prazo, Madalena Quiala não sabe o que o futuro lhe reserva. "Deixei de pensar a longo prazo", comenta. "Nem sei se os protocolos irão ou não continuar. Estou numa situação precária. Estamos todas a contrato. Gosto muito do trabalho que faço, liga-me às pessoas. Espero continuar aqui ou noutra área ligada ao social". Com a sua determinação e força de vontade não será difícil que o desejo desta técnica se torne realidade.

**Até que ponto o facto de ter sido beneficiária a ajudou a desempenhar melhor as suas funções?**

Nunca fui muito de desistir. Candidatei-me a todos os sítios. O facto de ter sido beneficiária deixa-me, de certa forma, um pouco mais sensibilizada para a problemática. Neste momento, estou do lado de cá e as oportunidades realmente existem. Há um apoio. Considero que estamos aqui não para ser fiscais do RSI mas para dar apoio e fazer o acompanhamento destas famílias. A todos os níveis. Já estive do lado de lá. Alguns agora já sabem depois da notícia que saiu no Correio da Manhã que eu também estive do lado de lá e encaram-me de outra forma. É necessário encorajar, dizer: 'você agora também estão a ter a oportunidade e só cabe a vocês saber ou não aproveitar'. O RSI é uma ajuda. Há muita gente que precisa desta ajuda, que depende deste subsídio e há outra gente que recebe e deixa-se levar pelo sabor da maré. Pouco ou nada querem fazer. Pensam que é algo garantido. Por estes casos, concordo com a mudança de nome. Antes, era Rendimento Mínimo Garantido e as pessoas pensavam que estava garantido. Agora não, as pessoas têm oportunidade de se inserir na sociedade.

**"Não estamos aqui para sermos fiscais do RSI, estamos aqui para dar apoio e fazer o acompanhamento destas famílias"**

**Será a sua história de vida uma forma de motivar as famílias com quem trabalha para saírem da situação de exclusão?**

Acho que sim. Estive sozinha em Portugal e tive de viver com aquele dinheiro. Podia não aproveitar. Não sou exemplo. Nós temos as oportunidades mas muito depende de nós. Digo às pessoas que têm esta oportunidade, sabem o que é que existe e quais são as portas. Agora cabe-lhes a elas decidir o que é que podem fazer para se inserirem.

**A experiência que teve deu-lhe outra experiência para detectar situações de fraude?**

A partir do momento em que se sente que a pessoa não quer ser inserida e que essa pessoa encara esse rendimento como subsídio ou pensão vitalícia, há procedimentos que nós, enquanto equipa, tomamos no sentido de terminar com este tipo de situações. Estabelecemos um relacionamento muito próximo. Tentamos que os beneficiários não nos encarem como fiscais (há muito essa tendência), mas como pessoas que estão aqui para os ajudar, para ultrapassar uma dificuldade. Não queremos que nos encarem como inimigos.

**Que frutos tem colhido do seu trabalho de acompanhamento a beneficiários de RSI?**

Há pessoas que estavam muito desmotivadas de início e actualmente estão inseridas em cursos de formação profissional e adoram o que estão a fazer. Há perspectivas de continuar. O que se pretende é a inserção e temos conseguido em alguns casos.

Temos um caso de uma senhora que estava muito em baixo, com sintomas de depressão, a ser acompanhada por





um médico. Nunca lhe passou pela cabeça fazer um curso de formação de apoio familiar e à comunidade. A pessoa inscreveu-se. Fizemos um acompanhamento intensivo. Ela diz que foi a melhor coisa que lhe aconteceu. A sua prestação foi suspensão. Ela recebe a bolsa de formação e já pensa num futuro curso. Em dar o segundo passo. A sua prestação está suspensão, mas continuamos a fazer o acompanhamento desta beneficiária. Podíamos tê-la deixado, mas o que se pretende não é que a prestação seja suspensão por três, quatro, ou seis meses. Queremos que as pessoas tenham coragem e consigam inserir-se. É uma das melhores alunas do curso.

### Quais as principais mudanças que sentiu na transição do RMG para RSI?

Até aqui não existia acompanhamento. Havia falta de técnicos. Havia imensos casos para um técnico e este pouco tempo tinha para fazer trabalho de campo, fazer as visitas domiciliárias. Até há pouco tempo, o único contacto que existia com o beneficiário era no gabinete de atendimento. Não culpo os técnicos. Culpo outras entidades que não conseguiam ver isso. O que se tem verificado com estas equipas é que há um trabalho de terreno feito. As pessoas sabem que vamos aparecer e preocupam-se mais com a casa, com a forma como tratam os miúdos, com o facto de ir para a escola. □

## Instituto da Segurança Social, I.P.

### promove Encontros Temáticos

**Liliana Monteiro**  
Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
liliana.p.monteiro@seg-social.pt

O Instituto da Segurança Social, I.P., no âmbito do Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores, promove, através do seu Centro de Recursos em Conhecimento, um Ciclo de quatro Encontros, sob a designação de Encontros Temáticos ISS, I.P.- CRC – “Mobilidade dos Trabalhadores: Rumo a um Mercado de Trabalho Europeu”, que têm como objectivo discutir o tema da Mobilidade numa perspectiva pluridisciplinar e proporcionar um espaço de reflexão e debate, tendo em conta uma matriz participativa.

Para a dinamização deste Ciclo de Encontros foram convidados como oradores, individualidades do meio académico que têm desenvolvido trabalho científico no âmbito desta temática.



### Ciclo de Encontros

#### ENCONTRO 1

##### **Mobilidade, Direito e Cidadania**

12 de Outubro – 16h00

Prof. Dr. António Goucha Soares (ISEG-UTL) e Prof. Dr. Dário Moura Vicente (FD-UL)

#### ENCONTRO 2

##### **Mobilidade, Novas Competências e Emprego**

26 de Outubro – 16h00

Prof. Dr. João Peixoto (ISEG-UTL) e Prof. Dr. Rogério Roque Amaro (ISCTE)

#### ENCONTRO 3

##### **Mobilidade, Inclusão e Desenvolvimento Social**

9 de Novembro – 16h00

Prof. Dr. Casimiro Marques Balsa (FCSH-UNL) e Prof. Dr. José Pereirinha (ISEG-UTL)

#### ENCONTRO 4

##### **Mobilidade, Identidade e Interculturalidade**

23 Novembro – 16h00

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Inês de Mello Magalhães (CEMRI-UAB) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Marques (FCSH-UNL)

Os Encontros terão lugar no Auditório do Instituto da Segurança Social, I.P., sito na Rua Castilho, n.º 5 – r/c, em Lisboa. □



**Sérgio Fernandes**

Núcleo de Atendimento ao Cidadão e Comunicação  
Centro Distrital de Segurança Social de Beja  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
sergio.m.fernandes@seg-social.pt

# Segurança Social com novas instalações em Ferreira do Alentejo

Desde o passado dia 14 de Julho, que o Serviço Local de Segurança Social de Ferreira do Alentejo funciona nas suas novas instalações. Resultado de uma frutuosa cooperação entre o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) – Centro Distrital de Segurança Social de Beja (CDSS de Beja) e a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo que cedeu o terreno e custeou a elaboração dos projectos de arquitectura e especialidades. Este novo edifício dá resposta aos legítimos anseios de colaboradores e clientes dos serviços de Segurança Social, constituindo-se como um verdadeiro exemplo ao nível da sua funcionalidade, equipamento e acessibilidades, mas também ao nível do seu projecto de arquitectura, encontrando-se inserido numa agradável praça pública também ela objecto de intervenção por parte da autarquia ferreirense.

A cerimónia de inauguração das novas instalações do Serviço Local de Segurança Social de Ferreira do Alentejo realizou-se no passado dia 14 de Julho e foi presidida pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques.

A cerimónia contou ainda com as presenças do Governador Civil do Distrito de Beja, General Manuel Soares Monge, do Vogal do Conselho Directivo do ISS, António Nogueira de Lemos, do Director do CDSS de Beja, José Valente Guerra, do Director do CDSS de Évora, José Oliveira, e do Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, Aníbal Costa, bem como de representantes das diversas entidades públicas e privadas do Concelho.

As individualidades presentes e a população, que não deixou de se associar ao momento, puderam assistir às actuações do





Grupo Coral Feminino “Alma Nova” e da Banda de Música da Sociedade Filarmónica Recreativa.

Situado na Praça de Santa Maria Madalena o projecto, da autoria dos arquitectos João Ribeiro de Carvalho e Carmo Mouzinho (J + C Arquitectos, Lda.) foi sujeito a aprovação do IPPAR uma vez que o local da sua implementação se situa junto à Capela do Calvário (Sec. XVI) que constitui o ex-libris da Vila, classificado como Imóvel de Interesse Municipal.

Com uma área aproximada de 220 m<sup>2</sup>, a organização do espaço do novo edifício do Serviço Local de Ferreira do Alentejo respeita na íntegra o Normativo para Identificação dos Serviços Locais de Atendimento da Segurança Social.

Dispõe de 4 postos de atendimento a beneficiários e contribuintes, 2 postos de atendimento de tesouraria e 1 gabinete de atendimento para acção social. Quiosque multimédia, Sala de Reuniões, Arquivos, e Copa, completam as funcionalidades deste serviço ao qual se encontram afectos

4 técnicos de atendimento (3 front-office; 1 back-office), 2 técnicas superiores de serviço social e uma auxiliar.

Considerado, no âmbito do CDSS Beja, um serviço de média dimensão, serve uma população de 9.011 habitantes, registando um número médio mensal de aproximadamente de 1.500 atendimentos.

Tendo funcionado durante 25 anos, em instalações arrendadas à Casa do Povo de Ferreira do Alentejo, as quais apresentavam, entre outras, deficiências ao nível da funcionalidade dos espaços de trabalho/atendimento, a par de obstáculos de natureza arquitectónica em termos da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, de entre os quais evidenciamos a necessidade de subir uma escada com 18 degraus (único acesso) para aceder ao serviço de atendimento.

Não será pois de estranhar que nos primeiros dias de funcionamento tenha sido bem visível a satisfação de colaboradores e utentes registando positivamente as inegáveis melhorias apresentadas por este novo edifício o qual vai contribuir para um aumento da qualidade. □



*em cima, à esquerda:*  
Vista do interior para a Capela.

*em cima, à direita:*  
Zona de Atendimento.

*ao centro:*  
Momento da inauguração. (Da esq. para a dir):  
Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, Aníbal Costa;  
Director do CDSS de Beja, José Valente Guerra; Secretário de Estado da  
Segurança Social, Pedro Marques.

*em baixo:*  
Visita às instalações. (Da esq. para a dir):  
Coordenadora do Serviço Local de Ferreira do Alentejo, Clara Carraça;  
Director do CDSS de Beja, José Valente Guerra; Secretário de Estado da  
Segurança Social, Pedro Marques.





# Serviço Local de Castanheira de Pera tem novas instalações

O Serviço Local de Segurança Social de Castanheira de Pêra (do distrito de Leiria) tem novas instalações, agora na Avenida Silva Bernardes, nº 6, no edifício da Casa do Povo, junto à sede da Junta de Freguesia desta localidade.

A cerimónia de inauguração deste Serviço Local contou com a presença do Director do Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, Fernando Gonçalves, que manifestou o seu agrado pela funcionalidade das novas instalações, tendo também referido que se encontra em fase de planeamento a remodelação de três Serviços Locais e a mudança de instalações de mais dois.

Nesta cerimónia presidida pelo Governador Civil do Distrito de Leiria, José Miguel Medeiros, estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra, Fernando Lopes, e restante executivo, o Presidente da Assembleia Municipal, Conceição Soares, Presidentes de Junta, Comandante da GNR, Comandante dos Bombeiros Voluntários e restantes convidados. □



# Cartão do Cidadão

## Um acto de Cidadania e Solidariedade Social



A imagem e figura do Estado, continuam a configurar perante os cidadãos um leviatã hobbesiano, com contornos labirínticos e intuítos autoritários, onde se esfuma a conquista da cidadania, por entre processos burocráticos e anacrónicos.

O cartão do cidadão, que concentra em si, informação dos quatro principais subsistemas estruturantes da vida dos cidadãos: Registo Civil, Segurança Social, Finanças e Serviço Nacional de Saúde, permite quebrar essas barreiras labirínticas, sem por em causa direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição Portuguesa.

Este documento, é genericamente constituído na frente pelos seguintes elementos: entidade emissora, nome próprio e apelidos do cidadão, número do Bilhete de Identidade, data de nascimento, data de validade, foto digitalizada, assinatura digitalizada e no verso pelo Número de Identificação na Segurança Social (NISS), Número de Identificação Fiscal (NIF) e número de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O verso, tem igualmente, incorporado um chip e uma zona de leitura óptica, que permitem conferir um maior grau de segurança na identificação dos cidadãos e, simultaneamente, fomentar o processo de modernização administrativa em curso, através do recurso a suportes electrónicos, como sejam a autenticação/assinatura digital e o acesso às bases de dados dos diferentes subsistemas.

Contribui ainda para a uniformização de procedimentos, proporcionando, nos diversos sistemas de informação, uma melhoria na qualidade dos dados relativos aos cidadãos, que, por sua vez, viabilizem projectos modernizantes, tais como o “balcão único,” e possibilitem uma harmonização do sistema nacional de identificação civil com os requisitos da União Europeia.



Na génese deste tipo de iniciativas, encontra-se o Sistema de Solidariedade Social com o projecto “Nascer Cidadão”, que preconiza o registo à nascença numa tríplice dimensão: Registo Civil, SNS e Segurança Social (NISS), promovendo o registo dos recém nascidos de modo desburocratizado e permitindo uma sinalização imediata de situações de perigo para crianças e de desprotecção social para os pais, possibilitando intervenções precoces.

O projecto “Cartão do Cidadão”, detendo um âmbito mais abrangente, constitui-se como um instrumento desburocratizante, facilitador da vida quotidiana dos cidadãos, imprescindível à modernização administrativa e ao cumprimento dos princípios de cidadania, que possibilita a efectivação de actos administrativos, tais como a compra de casa, a alteração de morada, a abertura de actividade económica, pedidos de prestações sociais, entre outros.

Contribuindo desta forma, para uma maior transparência no relacionamento entre o Estado e o Cidadão, que possibilite uma transformação do Estado-Providência em Estado Solidário. □





# Clique Solidário

**Maria José Maia**

Cabinete Técnico de Apoio para Fundos e Programas Europeus  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
m.jose.maia@seg-social.pt

O processo transformacional que perpassa o mundo contemporâneo configura a emergência de novas formas de organização social e económica pautadas por amplas mudanças tecnológicas, sendo a globalização um dos seus rostos mais visíveis.

A nova economia do conhecimento assume-se hoje como uma poderosa alavanca para o crescimento, a competitividade e a criação de novos empregos, induzindo uma melhoria generalizada da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Apesar das inquestionáveis oportunidades de progresso, proporcionadas pela sociedade do conhecimento, a verdade é que esta pode ser propulsora de novos desequilíbrios entre os diversos grupos sociais, ao acrescer às desigualdades sociais já existentes, uma dimensão digital.

Neste sentido, o governo português focalizou a sua acção, para a prevenção dos riscos de exclusão, elegendo como prioridades para a modernização nacional o incremento da sociedade do conhecimento e o combate à info-exclusão, através da ampla mobilização dos cidadãos e das organizações.

No contexto destas orientações políticas, encetou-se em 2002 a negociação do contrato-programa, designado por "Clique Solidário" entre o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento,

cujo desafio se centrou na criação de uma sociedade do conhecimento inclusiva.

O financiamento aprovado no âmbito deste contrato-programa, com a duração de 3 anos, contempla duas medidas distintas:

- Eixo 1 – Medida 1.1 – Competências Básicas (FSE) – actividades de natureza formativa que visem a atribuição do Diploma de Competências Básicas (DCB);
- Eixo 2 – Medida 2.1 – Acessibilidades (FEDER) – aquisição de equipamento para instalação do espaço Internet.

O Programa Clique Solidário, visa os seguintes objectivos:

- Promover o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação de públicos desfavorecidos;
- Favorecer a introdução das novas tecnologias de informação na generalidade das instituições de solidariedade, melhorando a sua gestão global;
- Criar uma "rede" entre instituições que permita a troca permanente de informação e conhecimento;
- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade da informação e para o combate à info-exclusão;
- Actuar numa perspectiva antecipatória, contornando os riscos de exclusão e fortalecendo a coesão social.



Foram priorizadas como entidades beneficiárias dos apoios concedidos ao abrigo deste contrato-programa, as instituições sem fins lucrativos que actuam na área da solidariedade social, designadamente: Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Associações de Desenvolvimento e Cooperativas e os respectivos públicos alvo (crianças e jovens, crianças e jovens em risco, pessoas portadoras de deficiência, mulheres desempregadas ou beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, idosos, toxicodependentes/HIV-Sida, doença mental, sem abrigo entre outros).

A medida 1.1 apresenta uma dotação financeira no valor de 5.989.379,82 Euros (57,49% FSE) destinada a abranger os 160 projectos que estão em execução neste momento e que se repartem pelos dezoito distritos do país, embora com especial concentração nos distritos de Lisboa e Porto.

Entre os beneficiários das acções de natureza formativa e de certificação regista-se uma predominância do género feminino, assim como de crianças e jovens até aos 19 anos, integrados no sistema de ensino.

Um sinal revelador do êxito deste Programa é que nos dois primeiros anos de vigência foram atribuídos 21.647 DCB's, superando claramente as metas definidas pelo Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI - 2003-2005), que previa a atribuição de 10.000 DCB's até 2005. Outros indicadores de execução física demonstram-nos ainda que, neste espaço temporal, foram abrangidos 30.075 destinatários, dos quais 23.169 beneficiaram de acções de natureza formativa e 21.997 de acções de certificação.

Um dos caminhos para o sucesso passa, indubitavelmente, pelo assumir por parte das entidades beneficiárias, de um protagonismo cada vez mais activo na dinamização de projectos desta índole e por saber aproveitar as vantagens que o Fundo Social Europeu lhes pode proporcionar. □

## Avaliação do Dano Corporal no âmbito da Segurança Social

O Anfiteatro de Anatomia da Faculdade de Medicina de Coimbra foi o palco escolhido para a realização do Seminário subordinado ao tema: "A Avaliação do Dano Corporal, no âmbito da Segurança Social".

Organizado pelo Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), este Seminário contou com a presença de inúmeros peritos médicos, em particular do Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI) da Segurança Social, empenhados numa valorização da sua formação em prol da prática de actos médicos de qualidade. Estiveram também presentes peritos médicos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, do INML, dos tribunais e estudantes de medicina, entre outros. A convite do INML, o Instituto da Segurança Social, I.P. esteve representado pelo Conselho Médico, cuja responsável apresentou o tema "A avaliação das Incapacidades no âmbito da Segurança Social". Em paralelo, outros temas em destaque, abordaram várias perspectivas da peritagem médico legal, para além da Segurança Social, nomeadamente: "A peritagem Médica no âmbito do Instituto de Emprego e Formação Profissional", Dra. Branca Carrito, "A Peritagem Médica no âmbito da Caixa Geral de Aposentações", Dr. Camilo Sequeira, "A Peritagem Médica em Psiquiatria", Dr. Margalho Carrilho, "A Perspectiva de Médico de Clínica Geral", Dr. José Cabeças, entre outros.

O Seminário contou ainda com a presença dos Professores Duarte Nuno Vieira e Francisco Corte Real, Presidente e Vice-Presidente do INML, respectivamente, responsáveis pela moderação dos painéis de discussão. □



# O Instituto da Segurança Social, I.P. presente na 1ª Mostra de Boas Práticas do Fundo Social Europeu

No passado dia 22 de Junho, teve lugar no Pavilhão de Portugal - Parque das Nações - a 1ª Mostra de Boas Práticas do Fundo Social Europeu (FSE), promovida pela Unidade de Comunicação do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE).

Este evento, teve como corolário a disseminação dos melhores exemplos de boas práticas dos projectos co-financiados pelo FSE - decorrentes dos 17 Programas Operacionais do actual Quadro Comunitário de Apoio - tendo contado com a participação de diversos promotores, desde Associações, Sindicatos, IPSS, empresas privadas e entidades públicas.

Entre os 20 projectos seleccionados pelo IGFSE, o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) foi o único promotor contemplado com a apresentação de dois projectos ilustrativos de boas práticas: designadamente o "Clique Solidário" (POS\_C) e o "Estudo para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais", (POAT), o que é revelador do seu trabalho meritório neste campo de intervenção.

Contrariando o formato habitual de um seminário, esta Mostra pretendeu através do seu carácter inovador e dinâmico, o desenvolvimento de uma postura interactiva entre promotores e agentes participantes.

Neste sentido, assistiu-se à apresentação simultânea dos 20 projectos o que permitiu a cada um dos 100 participantes seleccionar e conhecer mais profundamente 6 projectos ao longo do dia.

Cada sessão de trabalho teve a duração de 45 minutos - após a apresentação do projecto por parte de dois representantes dos promotores seguiu-se um debate com os 5 participantes – e foi pautada por um ambiente informal, favorecedor da troca de ideias e experiências, bem como da partilha de metodologias entre os participantes e os responsáveis de cada um dos projectos, o que constitui *per si* uma boa prática. □



# Centro de Apoio Laboral de Benfica lança revista *Vez e Voz*

O Centro de Apoio Laboral de Benfica (CALB), equipamento do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, lançou, em Junho, o primeiro número da Revista "Vez e Voz".

Esta traduz-se na consolidação de todo um trabalho por parte dos formadores, formandos e suas famílias e tem por objectivo ajudar os jovens na sua luta pela autonomia, dando a conhecer todo o trabalho desenvolvido pelo Centro.

A "Vez e Voz" é uma revista trimestral, que está sob a responsabilidade de Dário Romeiro, formando da Instituição e tem um custo simbólico de 0,50€.

Para já, os jovens formandos do CALB vendem-na aos seus familiares e amigos, mas um dos objectivos futuros será alargar o público-alvo da mesma.

A revista "Vez e Voz" tem um papel de comunicação entre os formadores e formandos e entre todos os que estejam envolvidos ou relacionados com os projectos do CALB, mas também de divulgação e promoção do trabalho desenvolvido neste equipamento.

No decorrer da sessão de lançamento da revista, Lina Gameiro, Directora do CALB, e Irene Sequeira, Directora da Unidade de Apoio aos Estabelecimentos Integrados/CDSS de Lisboa, agradeceram o apoio de todos para a viabilização e concretização deste projecto.

Durante esta sessão, decorreram ainda momentos de lazer com a actuação de um formando e ex-formando do CALB, bem como a actuação do Grupo Musical do C.C.D. de Lisboa.



A cerimónia de lançamento terminou com o partir de um bolo, sendo a revista "Vez e Voz" acarinhada por todos e da qual se espera um reforço positivo na divulgação do trabalho desenvolvido no Centro. □

# Centro Distrital de Segurança Social de Évora

## na Feira de S. João

As festas populares da cidade de Évora, que envolvem os festejos de S. João e S. Pedro, este último padroeiro da cidade, centralizam-se no Rossio de S. Brás, com a feira tradicional, o parque de diversões e o Pavilhão da Feira do Empreendedor.

Este ano, o evento decorreu entre os dias 23 de Junho e 2 de Julho (12 dias), englobando, mais uma vez, aspectos económicos, culturais, sociais e recreativos numa perspectiva integradora, traduzindo-se em autêntico cartaz da Cidade e Região.

O programa das festas tem, entre outras, uma componente que inclui exposições de artes plásticas, actividades desportivas e mostras de gastronomia bem como mostras institucionais. Foi nesta última que se inseriu o pavilhão/expositor do Centro Distrital de Segurança Social de Évora (CDSS de Évora), que, pelo terceiro ano consecutivo, participa no certame, todos os anos visitado por largas centenas de pessoas.

A participação do CDSS de Évora vai de encontro a uma perspectiva de divulgação, informação e acolhimento de todos os cidadãos/clientes que visitam a feira durante os dias em que a mesma decorre, abordando as mais diversas áreas de actuação da Segurança Social.

O CDSS de Évora foi ainda convidado para participar no certame EXPOREG – 14.ª Exposição de Actividades Económicas, a decorrer no mês de Agosto em Reguengos de Monsaraz. Mas, por excesso de participantes interessados, este ano não pôde marcar a sua presença.

No entanto, está confirmada a participação na “Estremoz Solidário 2006”, evento organizado pela Rede Social do concelho de Estremoz, que pretende estimular o encontro de gerações na Região, e irá decorrer entre os dias 14 e 16 de Dezembro. □





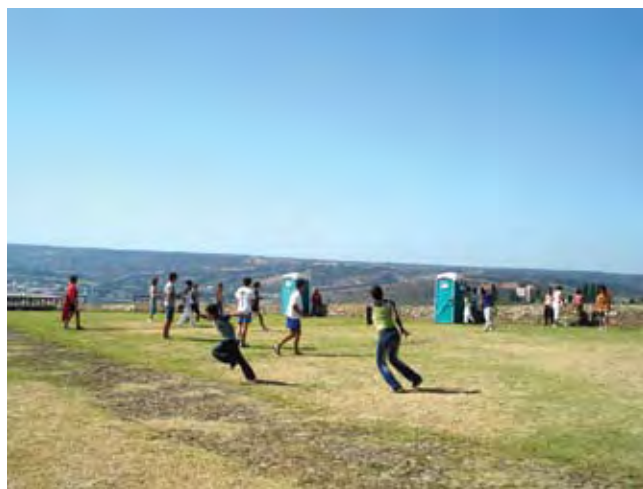
# Programa sem Fronteiras Férias de Verão 2006

## A AVENTURA CONTINUA!

Entre Agosto e Setembro, realizou-se mais uma iniciativa do Programa Sem Fronteiras que contou com a participação de cerca de 400 crianças e jovens oriundos de instituições e serviços da área de competência de quinze Centros Distritais de Segurança Social.

Actividades ao ar livre e de descoberta, como rappel, espeleologia, canoagem, escalada, montanhismo, peddy-paper, pintura, os sempre apreciados banhos de mar, rio ou piscina, fizeram parte do dia-a-dia dos participantes.

Estas férias diferentes e desafiadoras, resultam da colaboração, estabelecida a partir de 1999 entre o Instituto da Segurança Social, I.P., o Instituto Português da Juventude e a Movijovem.□





# Corpo e Mente em Movimento

O Centro Social Paroquial de S. Jorge de Arroios é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos que visa a promoção do bem-estar das pessoas idosas da freguesia de S. Jorge de Arroios (concelho de Lisboa). Funcionam na Instituição as valências de Centro de Dia, Centro de Convívio e de Apoio Domiciliário, incluindo, cada uma, diversos serviços que são imprescindíveis para o desenvolvimento e manutenção da autonomia desta população.

Cabe à Equipa Técnica desta Instituição em conjunto com o idoso, avaliar as necessidades reais e capacitar os serviços da Instituição, de forma a dar respostas adequadas e necessárias.

O envelhecimento humano, tais como as demais etapas da vida, é um processo de transformação do organismo que reflecte nas suas estruturas físicas, nas manifestações da cognição, bem como na percepção subjectiva dessas transformações.

Pretende esta Instituição a promoção do envelhecimento activo, onde, através de uma intervenção adequada e atempada se realize a manutenção de estilos de vida saudáveis a nível físico, psíquico e social.

É perspectiva, que o Centro Social vai desenvolver um projecto "Corpo e Mente em Movimento", cujo o seu principal objectivo é fomentar a qualidade de vida desta população; reabilitando e estimulando capacidades cognitivas/motoras que, por diversos motivos, se encontram perdidas ou deficitárias.

Este projecto, será colocado em prática por uma Psicóloga e uma Técnica de Diagnóstico e Terapêutica, cujo trabalho no projecto, iniciará com um levantamento dos utentes alvo e com a respectiva análise das suas necessidades, através da aplicação de



Escalas Geriátricas Adaptadas. As sessões serão individualizadas, de forma a se conseguir uma melhor intervenção focalizada.

Pretende-se também, que cada utente se responsabilize pelo seu processo de reabilitação e saúde no geral, sendo cada um portador de um cartão de saúde, com função de anotar todas as sessões realizadas e registrar de uma forma contínua, dados relativos à pressão arterial e pulso.

O projecto contemplará duas fases:

- Intervenção: onde se dará primazia a utentes com diagnóstico de Síndrome Demencial e com Problemas Osteoarticulares avançados;
- Prevenção: onde se fará um trabalho preventivo com os utentes e seus familiares de forma a retardar qualquer incapacidade física e/ou cognitiva.

A avaliação será feita de forma contínua, na primeira fase entre os técnicos e os utentes e, na segunda fase, incluindo os familiares.

Atendendo à preocupação constante desta Instituição em promover o bem-estar do idoso, vai este projecto, colmatar lacunas de ordem psicomotoras para que o idoso reabilite capacidades.

Se envelhecer é mudar, tais mudanças devem dirigir-se para uma melhor qualidade de vida. □

# ECOS

## Assinatura da Revista Pretextos

Caro Leitor,

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos  
Rua Castilho nº 5- R/C  
1250-066 Lisboa  
Fax: 21 318 49 55  
E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt,

e passará a recebê-la gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

**Boas leituras!**

Revista disponível para download em  
[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

### Fórum de Voluntariado no Porto

Por solicitação do Centro Distrital de Segurança Social do Porto decorreu, no dia 20 de Junho, uma reunião cujos objectivos eram a implementação e gestão de programas de voluntariado nos Estabelecimentos Integrados da Segurança Social, para o qual foi solicitada a colaboração do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

A manhã da reunião destinou-se à apresentação de projectos de voluntariado na comunidade pelo Grupo de Acção Social/Porto, Católica Solidária/Universidade Católica e Fundação Stela e Oswaldo Bonfim e ainda do Lar das Fontainhas, estabelecimento da Segurança Social.

À tarde, a reunião com um carácter mais restrito, teve como objectivos dar a conhecer as actividades do Centro Distrital nesta área, através dos Estabelecimentos Integrados.

O Encontro realizou-se nas instalações do Centro Distrital de Segurança Social do Porto, tendo sido largamente participado com a presença do Director do Centro Distrital, dos Directores de Unidade de Acção Social e Estabelecimentos, do Gabinete da Qualidade, dos Directores dos diferentes Estabelecimentos Integrados e dos representantes dos projectos apresentados, entre outros.

**Núcleo de Apoio Técnico**  
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado  
CNPV@seg-social.pt

### 3ª Jornada INA para Chefias e Quadros Administrativos

No passado dia 22 de Junho, realizou-se a 3ª Jornada do Instituto Nacional de Administração (INA) para Chefias e Quadros Administrativos, no Centro Cultural de Belém, com o intuito de reflectir e debater temas nucleares no processo de reforma da Administração Pública, designadamente no que se relaciona com projectos e boas práticas que visam melhorar a interface da administração com os cidadãos e as empresas.

O Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) esteve representado no Painel 1, subordinado ao tema Qualidade dos Serviços de Atendimento – projectos e boas práticas. A intervenção por mim efectuada incidiu sobre a evolução do Normativo aplicado às instalações dos Serviços de Atendimento do ISS, bem como alguma reflexão sobre macro indicadores relativos ao atendimento na Segurança Social.

A partilha de experiências entre vários serviços da Administração Pública, proporcionada por este tipo de eventos, permite potencializar as boas práticas e, de alguma forma, motivar os restantes organismos para a mudança inevitável que se avizinha.

**Filomena Gonçalo**  
Unidade de Gestão do Atendimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
filomena.m.goncalo@seg-social.pt



## Centro de Recursos em Conhecimento divulga publicações

No âmbito dos Protocolos celebrados com várias editoras nacionais, o Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), do Instituto da Segurança Social, I.P (ISS, I.P.) promoveu, no seu Auditório, três Sessões de Divulgação de Publicações que tiveram como objectivos: divulgar as ideias defendidas nas publicações e destacar os contributos científicos por elas aduzidos; proporcionar um espaço de debate entre os autores e os participantes.

As referidas Sessões contaram com a presença dos autores das publicações e decorreram de acordo com a seguinte calendarização:



**12 de Julho**

*Gestão e Desenvolvimento de Competências*, de Mário Ceitil, Edições Sílabo, Lisboa, 2006, 448 p.



**21 de Setembro**

*Pais uma Experiência*, de Hugo Cruz e Inês Pinho, Papiro Editora, Porto, 2006, 153 p.



**28 de Setembro**

*Nos Rastos da Solidão*, de José Machado Pais, Ambar, Porto, 2006, 316 p.

**Liliana Monteiro**  
Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
liliana.p.monteiro@seg-social.pt

## Distrito do Porto com mais Respostas Sociais

Alargar o número de respostas sociais que promovam o apoio a grupos de população específicos é uma prioridade para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e facilitar a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

### Concelho de Paredes

O Centro Social e Paroquial de S. Miguel da Gandra tem disponível nas suas instalações a valência de Apoio Domiciliário, criando aos idosos condições para a promoção da sua autonomia no domicílio e no ambiente sócio-familiar, quer ao nível dos cuidados de higiene pessoal, habitação, serviço de refeições e tratamento de roupas, quer ao nível de apoio psicológico.



### Concelho de Vila do Conde

O Centro Social e Paroquial de Labruge tem disponível nas suas instalações as valências Creche, ATL, Centro de Dia e Apoio Domiciliário. De salientar que se trata do primeiro equipamento da Rede Solidária na Freguesia de Labruge, sendo a inauguração presidida pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.



### CDSS do Porto

Instituto da Segurança Social, I.P.  
cdssporto@seg-social.pt

## Correio do Leitor

Caro(a) Leitor(a),

A Redacção da Pretextos recebe diariamente testemunhos dos leitores da Revista sobre a apreciação que dela fazem e da utilidade enquanto instrumento de apoio à actividade profissional, sobretudo manifestada por técnicos das áreas sociais. Se estiver interessado, envie um artigo que poderá ser divulgado num dos próximos números. Colabore!

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Castilho, nº 5- R/C

1250-066 Lisboa

Fax.: 21 318 49 55

E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt

# Sites

## Economia Social

**Alexandra César**

Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



**União das Mutualidades Portuguesas (Portugal)**

<http://www.uniaomutualidadesportuguesas.pt/>



**Association Internationale des Investisseurs dans l'Economie Sociale (Sede: Bélgica)**

<http://www.inaise.org/>



**União das Misericórdias Portuguesas - Mercado Social de Emprego (Portugal)**

<http://www.mse.ump.pt/>



**CEP-CMAF - Conférence Européenne Permanente des Coopératives, Mutualités, Associations et Fondations (Sede: Bélgica)**

<http://www.cepcmaf.org/fr/home.php?screenheight=768>



**SOCIALGEST - Site de Gerontologia, Economia e Acção Social (Portugal)**

<http://www.socialgest.pt/home.shtml>



**CIDES - Centro Internazionale Dell'Economia Sociale - Consorzio di Cooperative Sociali (Sede: Itália)**

<http://www.cidesbo.it/>



**INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (Portugal)**

<http://www.inscoop.pt/>



**CEPES - Confederación Empresarial Española de la Economía Social (Espanha)**

<http://www.cep.es/index.cfm>



**Projecto IES - Inovar na Economia Social (Portugal)**

<http://ies.multivector.pt/index2.php>



**CEGES - Conseil des Entreprises, Employeurs, et Groupements de l'Economie Sociale (França)**

<http://www.ceges.org/>

# Bibliografia Temática

## Migração

**Alexandra César**

Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ALBUQUERQUE, Rosana; FERREIRA, Lígia Évora; VIEGAS, Telma - *O fenómeno associativo em contexto migratório: duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta, 2000. VIII, 79 p.; 24 cm. Bibliografia: p. 75-79. ISBN 972-774-068-5.

ALMEIDA, André Correia de - *Impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*. Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2003. 124, [3] p.; 20 cm. (Observatório da Imigração; 1). ISBN 972-98959-0-2.

BAGANHA, Maria Ioannis; FONSECA, Maria Lucinda - *New waves: migration from eastern to southern Europe*. Lisbon: Luso-American Foundation, 2004. 118 p. ; 24 cm. ISBN 972-8654-10-3.

BARRETO, António, org. - *Globalização e Migrações*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005. 289 p.; 23 cm. (Estudos e Investigações; 38). ISBN 972-671-150-9.

CANOTILHO, J. J. Gomes, - *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*. Oeiras : Celta, 2000. VI, 287 p.; 24 cm. ISBN 972-774-069-3.

CÁDIMA, Rui; FIGUEIREDO, Alexandra - *Representações imagens dos imigrantes e das minorias étnicas nos media*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2003. 176 p.; 20 cm. (Observatório da Imigração; 3). ISBN 972-98959-1-0.

CASTLES, Stephen - *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século, 2005. 191, [1] p.; 24 cm. ISBN 972-754-218-2.

CONGRESSO IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL - DIVERSIDADE, CIDADANIA, INTEGRAÇÃO, 1, Lisboa, 2003 - *I Congresso Imigração em Portugal [ Texto policopiado ]:*

*Diversidade, Cidadania, Integração*. Lisboa : ACIME, 2004. 209, [3] f.; 30 cm. ISBN 972-98959-9-6.

FERREIRA, Eduardo de Sousa; RATO, Helena; MORTÁGUA, Maria João - *Viagens de Ullisses: efeitos da imigração na economia portuguesa*. Porto: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. 112 p.; 20 cm. (Observatório da Imigração ; 7). ISBN 972-99316-3-1.

FIGUEIREDO, Joana Miranda - *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto europeu*. Porto: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 117 p.; 24 cm. (Teses ; 3). Orig. tese maestr., Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Univ. Técnica de Lisboa, 2005. ISBN 989-8000-18-X.

LAGES, Mário F.; POLICARPO, Verónica - *Atitudes e valores perante a imigração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2003. 192 p.; 20 cm. (Observatório da Imigração; 2). ISBN 972-98959-2-9.

LEANDRO, Maria Engrácia - "Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios: uma perspectiva analítica" in *Análise Social*. - Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.- ISSN 0003-2573. - Vol. 39, n.º 170 (2004), p. 95-118.

MACHADO, Fernando Luís - *Contrastes e continuidades: migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta, 2002. X, 464 p.; 24 cm. ISBN 972-774-141-X.

OLIVEIRA, Manuel Armando - *Jovens portugueses e luso-descendentes no Canadá: trajectórias de inserção em espaços multiculturais*. Oeiras: Celta, 2004. XV, 233 p.; 24 cm. ISBN 972-774-190-8.

ONU. Department of Economic and Social Affairs - *World economic and social survey 2004: international migration*.



# Bibliografia Temática

New York: United Nations, 2004. 240 p.; 30 cm. ISBN 9211091470.

PEIXOTO, João – *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. Lisboa: Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 2004. 36 f.; 30 cm. (Socius working papers; 11).

PEIXOTO, João - *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Porto: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 432 p. ; 20 cm. (Observatório da imigração; 12). ISBN 989-8000-04-X.

PIRES, Rui Pena - *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta, 2003. X, [2], 289 p.: il. ; 24 cm.. Bibliografia : p. 275-289. ISBN 972-774-185-1.

PORTUGAL. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, compil. - *Imigração em Portugal: informação útil : 2004-2005*. [compil.] Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Porto: ACIME, 2004. 180 p.: il.; 21 cm.

PORTUGAL. Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, ed. lit. - *Dimensão social e imigração*. [ed. lit.] Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento . Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2003. VI, 165 p.: il.; 24 cm. (Cadernos sociedade e trabalho; 3). ISBN 972-704-227-9.

ROSA, Maria João Valente; SEABRA, Hugo de; SANTOS, Tiago - *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Porto: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. 192 p.; 20 cm. (Observatório da Imigração ; 4). ISBN 972-98959-5-3.

ROYO, Sebastián - "Portugal's migration experience : redefined boundaries and uneasy transformation" in *Mediterranean Quarterly*. Durham, NC: Duke University Press. – ISSN 1057-4552. Vol. 16, nº 4 (2005), p. 112-139.

SANTOS, Vanda - *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. 160 p.; 20 cm. (Observatório da Imigração; 8). ISBN 972-99316-4-X.

SEMINÁRIO MULHERES MIGRANTES, DUAS FACES DE UMA REALIDADE, Lisboa, 2003 - *Mulheres Migrantes, Duas Faces de uma Realidade: actas do Seminário*. Lisboa: CIDM, 2005. 228 p.; 21 cm. (Cadernos condição feminina; 62). ISBN 972-597-265-1.

*World migration 2005: costs and benefits of international migration*. Geneva: International Organization for Migration, 2005. 496 p.. (IOM World Migration Report Series). ISBN 92-9068-209-4.

# Receba as Prestações Sociais por Transferência Bancária



Se recebe prestações sociais de  
Abono de Família  
Subsídio de Desemprego  
Subsídio de Maternidade/Paternidade  
ou é Pensionista

**Adira já,** ao pagamento por transferência bancária.

Para aderir basta:

- 1 – Preencher o formulário (disponível para download em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)).
- 2 – Anexar um comprovativo do seu Número de Identificação Bancária (NIB):
  - Talão com NIB emitido pelas Caixas Multibanco;
  - ou
  - Fotocópia da primeira folha de identificação da Caderneta Bancária;
  - ou
  - Fotocópia de um cheque em branco com o NIB.
- 3 – Devolver o formulário devidamente preenchido e o comprovativo do NIB:
  - pelo correio para o Centro Distrital de Segurança Social onde se encontra inscrito;
  - ou
  - entregue directamente num dos Serviços de Atendimento ao público do Centro Distrital de Segurança Social onde se encontra inscrito.

A Segurança Social garante um pagamento

**Mais RÁPIDO,** sem atrasos  
**Mais SEGURO,** sem extravios  
**Mais CÓMODO,** sem deslocações



SEGURANÇA SOCIAL  
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.